



Câmara Municipal de Mococa  
PODER LEGISLATIVO

PROTOCOLO

Número	Data	Rubrica
3944	26/11/2025	Bruno

INDICAÇÃO Nº 241 /2025.

DESPACHO

ENCAMINHE-SE A QUEM DE DIREITO

  
Paulo Sérgio Miquelin  
CLAYTON DIVINO ROCHA  
Presidente

EMENTA

Indica ao Poder Executivo a aplicação da Lei nº 15.249, de 3 de novembro de 2025, no município de Mococa, para promover a acessibilidade de pessoas com necessidades complexas de comunicação em espaços públicos e serviços essenciais.

EXMO. SENHORES VEREADORES,

**INDICO** à Mesa, cumpridas as formalidades Regimentais da Casa, após a manifestação do Nobre Plenário, no sentido de ser oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Eduardo Ribeiro Barison, para que Sua Excelência, por meio da Secretaria competente, **implemente a Lei nº 15.249, de 3 de novembro de 2025, no município de Mococa.**

Contextualização e Justificativa

A Lei nº 15.249, de 3 de novembro de 2025, altera a Lei da Acessibilidade (nº 10.098/2000) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (nº 13.146/2015), visando promover a acessibilidade de pessoas com necessidades complexas de comunicação. A legislação estabelece a obrigatoriedade de instalação de sistemas de comunicação aumentativa e alternativa de baixa tecnologia, como pranchas com pictogramas, em espaços públicos e abertos ao público.

Solicito ao Excelentíssimo Senhor Prefeito que determine às secretarias e órgãos competentes a elaboração e execução de um plano para:

- **Instalação de Sistemas:** Instalar pranchas de comunicação aumentativa e alternativa de baixa tecnologia com pictogramas em espaços públicos de uso coletivo, unidades de saúde e escolas, conforme Art. 17 e Art. 62-A da Lei nº 15.249/2025.
- **Capacitação:** Promover a capacitação de equipes dos serviços públicos de saúde e educação para o uso desses sistemas, em conformidade com o Art. 24 e Art. 28 da referida lei.
- **Incentivo Cultural:** Incentivar a adoção de técnicas de comunicação aumentativa e alternativa em espaços culturais, conforme Art. 42 da lei.



Câmara Municipal de Mococa  
PODER LEGISLATIVO

- Planejamento Orçamentário: Assegurar que a implementação observe a disponibilidade financeira e orçamentária do município, conforme Art. 4º da Lei nº 15.249/2025.

A aplicação da Lei nº 15.249/2025 em Mococa é fundamental para garantir a acessibilidade e a inclusão de pessoas com necessidades complexas de comunicação, promovendo sua plena participação na vida social e o cumprimento da legislação federal.

**Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 24 de novembro de 2025.**

**FRANCIELLI MARTINS FIALHO**  
**Vereadora / PSB**



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 15.249, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2025**

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei da Acessibilidade), e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a instalação de sistemas de comunicação aumentativa e alternativa de baixa tecnologia em espaços públicos e abertos ao público, com vistas à promoção da acessibilidade da pessoa com necessidades complexas de comunicação.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei da Acessibilidade), e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a instalação de sistemas de comunicação aumentativa e alternativa de baixa tecnologia em espaços públicos e abertos ao público, com vistas à promoção da acessibilidade da pessoa com necessidades complexas de comunicação.

Art. 2º A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei da Acessibilidade), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

2º

.....

XI – pessoa com necessidades complexas de comunicação: aquela que, por qualquer motivo, tem dificuldades significativas para compreender ou expressar mensagens de forma oral, escrita, gestual ou por meio de outras formas convencionais de comunicação, necessitando de recursos e estratégias alternativas ou aumentativas para viabilizar a interação social, o acesso à informação e a participação em atividades da vida cotidiana.” (NR)

“Art. 17. O poder público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas com deficiência sensorial e com necessidades complexas de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Parágrafo único. As ações previstas no *caput* deste artigo incluirão a instalação, em espaços públicos e abertos ao público, de sistemas de comunicação aumentativa e alternativa compostos de pranchas de baixa tecnologia com pictogramas, para atender às necessidades comunicativas específicas de cada contexto.” (NR)

Art. 3º A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

3º

.....

XV – pessoa com necessidades complexas de comunicação: aquela que, por qualquer motivo, tem dificuldades significativas para compreender ou expressar mensagens de forma oral, escrita, gestual ou por meio de outras formas convencionais de comunicação, necessitando de recursos e estratégias alternativas ou aumentativas para viabilizar a interação social, o acesso à informação e a participação em atividades da vida cotidiana.” (NR)

“Art.

24.

Parágrafo único. Os serviços públicos de saúde implementarão sistemas de comunicação aumentativa e alternativa de baixa tecnologia e promoverão a capacitação permanente das suas equipes para o atendimento de pessoas com necessidades complexas de comunicação." (NR)

"Art.

28.

XIX – sistemas de comunicação aumentativa e alternativa de baixa tecnologia para o atendimento educacional especializado de estudantes com necessidades complexas de comunicação.

" (NR)

"Art.

42.

§ 3º O poder público incentivará que museus, exposições, monumentos, exposições e galerias empreguem técnicas de comunicação aumentativa e alternativa para a acessibilidade de pessoas com necessidades complexas de comunicação." (NR)

"Art. 62-A. Com a finalidade de atender pessoas com necessidades complexas de comunicação, o poder público instalará, em praças, parques e demais espaços públicos de uso coletivo, placas com sistemas de comunicação aumentativa e alternativa, compostas de pranchas de baixa tecnologia com pictogramas.

Parágrafo único. As placas referidas no *caput* deste artigo deverão ser adaptadas aos respectivos contextos comunicativos e confeccionadas em materiais adequados para resistir às condições climáticas e de uso no ambiente externo."

Art. 4º A implantação das medidas previstas nesta Lei observará a disponibilidade financeira e orçamentária do ente federado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de novembro de 2025; 204º da Independência e 137º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Marcio Tavares dos Santos*

*Luciana Barbosa de Oliveira Santos*

*Camilo Sobreira de Santana*

*Manoel Carlos de Almeida Neto*

*Simone Nassar Tebet*

*Alexandre Rocha Santos Padilha*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 4.11.2025

\*